

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca). Conta atualmente com quinze unidades industriais no Brasil e quatro unidades industriais na Colômbia, mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos e Europa.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País e quatro na Colômbia, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com dez unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Thermosystem.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2015.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Para melhor apresentação e comparabilidade, alguns saldos do exercício anterior foram reclassificados.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.2 – Consolidação**2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Duratex Comercial Exportadora S.A., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Pescara Administração e Participações S.A., Trento Administração e Participações S.A. e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Europe NV., Duratex Belgium NV., Tablemac S.A. e Tablemac MDF S.A.S..

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(b) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido, bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros do Grupo.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida

para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira;

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes Acumulado de Conversão”, o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em “Outros Resultados Operacionais, Líquidos”.

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida ou em uma

combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar a necessidade de registro de perdas (*impairment*).

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto, menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda,

concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 14. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a

contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações é registrada na rubrica, “JCP complementar (excedente ao dividendo mínimo obrigatório)” no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota nº 22(d).

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos exclusivamente para fins de apuração dos tributos, o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem varias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências e perdas por *impairment*, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 44.333, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9.642, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro**4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com Derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

a - Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui sete contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 306.300 mil com diversos vencimentos até 18/06/2018, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b - Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui quatro contratos com valor agregado de R\$ 95.170 sendo o último vencimento em 04/11/2016 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A controlada Duratex Florestal Ltda., possui dois contratos com valor agregado de R\$ 211.998 sendo o último vencimento em 17/11/2016 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual do CDI.

c - Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado em 2014		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago	
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	681.364	436.876	809.277	486.864	114.408	-
Taxa Pré-Fixada	307.168	308.442	342.738	334.283	1.531	-
Posição Passiva						
CDI	(988.532)	(745.318)	(1.036.076)	(774.385)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações financeiras.

d - Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/Bloomberg, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 3,1107 e o CDI médio de 13,26%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
			Valores em R\$ Mil		
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(7.103)	(19.771)	(32.602)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas pré-fixadas		7.103	19.771	32.602
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res 4131)	Queda US\$	9.717	(244.247)	(498.211)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	(9.717)	244.247	498.211
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida ou o valor do serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2016 e 2017	2018 a 2022	2023 em diante	Menos de 1 ano	2016 e 2017	2018 a 2022	2023 em diante
31/12/2014								
Empréstimos / Debêntures	758.568	882.642	657.785	8.211	1.015.610	1.043.723	739.973	8.537
Fornecedores	143.077				166.832			
Total	901.645	882.642	657.785	8.211	1.182.442	1.043.723	739.973	8.537

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A -Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.307.206	2.082.612	2.807.843	2.450.841
de curto prazo	758.568	575.803	1.015.610	716.373
de longo prazo	1.548.638	1.506.809	1.792.233	1.734.468
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	518.497	511.239	1.081.089	996.843
C=(A-B) Dívida líquida	1.788.709	1.571.373	1.726.754	1.453.998
D- Patrimônio líquido	4.543.099	4.365.005	4.608.900	4.365.005
C/D=Índice de alavancagem financeira	39%	36%	37%	33%

O aumento da alavancagem financeira ocorreu principalmente pela utilização de caixa gasto para aquisição das ações da Tablemac S.A. no montante de R\$ 151,7 milhões, pelos dividendos extraordinários pagos como juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 58,8 milhões, pela aquisição das florestas da Caxuana Reflorestamento Ltda no montante de R\$ 40,0 milhões, desembolsos ocorridos durante o 1º semestre de 2014.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40-R1 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidênciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	1.040.795	946.393	-	-	-	-	1.040.795	946.393
Contas a receber de clientes	864.435	873.956	-	-	-	-	864.435	873.956
Partes relacionadas	53.895	39.406	-	-	-	-	53.895	39.406
Depósitos vinculados	40.066	28.290	-	-	-	-	40.066	28.290
Soma	1.999.191	1.888.045	-	-	-	-	1.999.191	1.888.045
PASSIVOS								
Empréstimos/debêntures	-	-	1.771.767	1.672.944	1.036.076	777.897	2.807.843	2.450.841
Fornecedores	-	-	166.832	180.167	-	-	166.832	180.167
Dividendos/JCP	-	-	57.385	78.697	-	-	57.385	78.697
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	-	-	-	(4.034)	-	(4.034)
Soma	-	-	1.995.984	1.931.808	1.036.076	773.863	3.032.060	2.705.671

(*) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	25.069	35.023	40.294	50.450
Aplicações em renda fixa	343	163	2.726	1.539
Certificados de depósitos bancários	493.085	476.053	1.038.069	945.160
Reclassificação para ativos de operações descontinuadas	-	-	-	(306)
TOTAL	518.497	511.239	1.081.089	996.843

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CBD) são remunerados em média à taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Clientes no país	797.888	790.707	831.751	866.363
Clientes no exterior	30.743	29.616	70.510	41.467
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(35.987)	(33.020)	(37.826)	(33.815)
Reclassificação para ativos de operações descontinuadas	-	-	-	(59)
TOTAL	792.644	787.303	864.435	873.956

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	775.480	769.785	842.319	856.728
Vencidos até 30 dias	9.574	10.655	13.642	10.750
Vencidos de 31 a 60 dias	2.826	1.166	3.263	1.166
Vencidos de 61 a 90 dias	1.268	545	1.536	586
Vencidos de 91 a 180 dias	5.876	3.527	5.967	3.527
Vencidos há mais de 180 dias	33.607	34.645	35.534	35.073
TOTAL	828.631	820.323	902.261	907.830

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2014	31/12/2013
A	acima de 05 anos	Pontual	60%	63%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	6%	6%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	30%	27%
D		Inadimplentes	4%	4%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso (nota 2.8)

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(33.020)	(28.168)	(33.815)	(28.852)
Constituição no exercício	(9.248)	(7.122)	(10.984)	(7.295)
Baixa por recuperação (no resultado)	1.800	574	1.800	574
Baixa de títulos	4.600	1.696	5.292	1.758
Incorporação da Thermosystem	(119)	-	(119)	-
Saldo final	(35.987)	(33.020)	(37.826)	(33.815)

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	180.134	125.428	211.279	144.709
Matérias-primas	225.475	206.279	240.795	209.664
Produtos em elaboração	91.553	92.104	104.724	103.156
Almoxarifado geral	82.695	81.991	84.691	83.717
Adiantamentos a fornecedores	8.775	3.147	9.205	5.702
Total	588.632	508.949	650.694	546.948

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	15.745	14.037	15.745	14.037
Venda de fazendas/Imóveis e outroa ativos	5.741	13.488	15.732	19.506
Retenção de valores na aquisição de empresas	4.623	2.592	4.623	2.592
Demais valores a receber	3.024	6.003	4.743	6.242
Total Circulante	29.133	36.120	40.843	42.377
Não Circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.624	16.377	2.624	16.377
Venda de fazendas/Imóveis	11.966	8.238	11.966	10.371
Fomento nas operações florestais (2)	-	-	21.162	26.012
Retenção de valores na aquisição de empresas	6.777	8.315	6.777	8.315
Demais valores a receber	3.607	2.448	4.598	1.616
Total Não Circulante	24.974	35.378	47.127	62.691

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial.

(2) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato.

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.165	16.244	25.013	25.429
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	24.594	26.859	25.265	28.078
PIS e COFINS a compensar	1.731	2.679	14.759	10.553
ICMS e IPI a recuperar	4.543	7.333	30.326	15.350
Outros	344	652	821	1.162
Total	41.377	53.767	96.184	80.572
Não Circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	34.550	49.256	35.224	50.544
Total	34.550	49.256	35.224	50.544

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de

resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	98.362	26.330	104.391	32.402
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	60.922	-	60.922	-
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	18.991	16.257	20.966	17.729
Provisões para perdas nos estoques	2.405	692	2.457	742
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.961	2.307	2.963	2.309
Provisão de comissões a pagar	1.401	1.735	1.401	1.735
Provisões diversas	11.682	5.339	15.682	9.873
Resultado do SWAP (caixa x competência)	-	-	-	14
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	29.074	21.730	34.853	29.128
Provisões de encargos trabalhistas diversos	12.751	9.683	14.530	11.281
Provisões fiscais	11.712	8.893	14.408	14.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.142	2.363	4.142	2.377
Provisão para perdas em investimentos	469	469	469	469
Provisões diversas	-	192	-	192
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	-	130	1.304	130
Total de ativos de impostos diferidos	127.436	48.060	139.244	61.530
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(27.292)	(29.912)	(53.505)	(56.211)
Ajuste a valor presente de financiamento	(5.730)	(7.748)	(5.730)	(7.748)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(43.527)	(17.285)	(43.697)	(17.285)
Depreciação (crédito 25% da C.Social)	-	-	(9.045)	(8.005)
Depreciação Fiscal	(96.204)	(74.526)	(96.204)	(74.526)
Venda de imóvel	(3.008)	(4.097)	(3.341)	(5.278)
Ajustes CPCs IFRS	(129.916)	(128.626)	(376.169)	(315.528)
Outros	(20.449)	(17.430)	(23.015)	(21.012)
Total de passivos de impostos diferidos	(326.126)	(279.624)	(610.706)	(505.593)

A administração da Companhia, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos relativos aos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, contabilizados, serão realizados até 2018, conforme apresentação a seguir:

	Controladora e Consolidado
2015	8.173
2016	21.928
2017	26.431
2018	4.390
Total	60.922

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2013	(231.564)	(444.063)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	38.187	21.814
Incorporação da controlada Thermosystem	(1.925)	-
IR e CS sobre ativos identificáveis na aquisição da Thermosystem	(3.582)	-
Ajuste de IR/CS até a data da baixa dos ativos identificáveis	194	-
Combinação de Negócios Tablemac	-	(49.213)
Saldo em 31.12.2014	(198.690)	(471.462)

Nota 11 – Partes relacionadas**a) Saldos e operações com empresas controladas**

	Controlada direta				
	Duratex Florestal		Duratex Empreendimentos		Thermosystem
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Ativo					
Clientes	8	33	-	-	4
Dividendos a receber (1)	51.288	42.509	-	-	-
Contas a receber	24	41	-	-	-
Mútuo c/ controladas (2)	4	-	2	-	13.597
Passivo					
Fornecedores (3)	26.660	25.774	-	-	-
Mútuo c/ controladas (2)	-	4	-	-	-
Resultado					
Vendas	3	28	-	-	13
Compras (4)	(310.046)	(295.751)	-	-	-
Financeiro	6	2	-	-	-
Outros	2	6	-	-	-

(1) Dividendos a receber, provisionados pela controlada Duratex Florestal Ltda.

(2) Operações de mútuo realizadas em condições de mercado com o objetivo de centralização de caixa.

(3) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (4).

(4) Aquisição regular de madeira cortada de Pinus e Eucalyptus a preços de mercado para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas							
	TCI Trading		Duratex N. America		Deca Piazza		Tablemac	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo								
Clientes (1)	-	-	9.088	11.056	-	7.929	4.837	5.636
Contas a receber	-	22	-	-	-	-	-	-
Resultado								
Vendas (2)	-	-	28.908	29.620	-	655	13.254	10.979
Compras (3)	-	(37.808)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	-	1.098	783	(310)	1.039	445	123

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

(3) Importação de matérias primas e ativos imobilizados.

b) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO		Leo Madeiras		Leroy Merlin		Ligna		Elekeiroz S.A.	
		Maqs.& Fer. Ltda		Cia Bras.Bricolagem		Florestal Ltda.			
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo									
Clientes	(1)	22.777	12.601	31.118	26.805	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado			-		-	-	2.500	-	-
Passivo									
Fornecedores		-	-	-	-	-	-	215	556
Resultado									
Vendas	(2)	100.686	82.354	95.326	110.356	-	-	1	785
Compras de matéria prima	(3)	-	-	-	-	-	-	(15.420)	(29.368)
Outras compras		-	(29)	-	(7.132)	-	-	-	-
Custos com arrendamentos	(4)	-	-	-	-	(18.668)	(22.079)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas no mercado interno.

(3) Aquisição de matéria prima para fabricação de resina destinada para produção de painéis de madeira.

(4) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.622 a partir de julho de 2014, conforme estabelecido em contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaútec S.A.		Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaúsa Investimentos S.A.		Itaú Unibanco		Itaú Seguros	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo										
Aplicações financeiras (1)		-		-		-	106.434	199.104		-
Clientes		-		-		27		-		-
Passivo										
Fornecedores		-		-		-		-	86	492
Resultado										
Vendas		37		-	3	36		428		-
Despesas de aluguel (2)		-		-	(4.281)	(2.841)		-		-
Despesas de seguros (3)		-		-		-		-		(2.645)
Rendimentos de aplicações (4)		-		-		-	11.301	29.056		-
Despesas financeiras (5)		-		-		-	(180)	(133)		-
Manutenção de equipamentos (6)		(2.471)		-		-	-	-		-
Outros resultados (7)		-	(308)	(1.250)		-	-	-		-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia.

(2) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

(3) Contrato de seguro de riscos operacionais, contemplando as unidades industriais da Companhia e máquinas e equipamentos florestais da controlada Duratex Florestal durante o ano de 2013. Para o ano de 2014, o Grupo contratou empresa não relacionada para cobertura de seus ativos.

(4) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1).

(5) Despesas com cobranças de títulos.

(6) Despesas com manutenção de computadores.

(7) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2014 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 16.868 como honorários (R\$14.433 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 7.199 como participações (R\$ 13.934 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 6.522 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 6.736 em 31 de dezembro de 2013).

Nota 12 – Investimentos em controladas

a) Movimentação dos investimentos

	Controladas diretas										Total
	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Thermosystem Eletro Eletron.	Bale Com. Prod.	Pescara Admin. Part.	Trento Admin. Part.	Mykonos Admin. Part.	Duratex Europe	
Acões/ quotas possuídas (Mil)	33	234	12	2.874	-	-	-	-	-	-	
Participação	100,00	99,99	99,99	99,99	-	99,99	90,00	90,00	-	0,02	
Capital social	342.400	701.541	12	2.874	-	10	1	1	-	345.510	
Patrimônio líquido	327.307	1.629.936	6.251	7.323	-	10	1	1	-	285.165	
Lucro do exercício	53.662	215.772	674	501	-	-	-	-	-	25.962	
Movimentação dos investimentos											
Em 31 de dezembro de 2012	209.160	1.329.539	5.397	6.469	-	-	-	-	-	-	1.550.565
Resultado de Equivalência	(69.326)	173.659	179	353	6.398	-	-	-	-	-	111.263
Aquisição da Thermosystem Eletro Eletronica Ltda	-	-	-	-	56.402	-	-	-	-	-	56.402
Constituição da Bale Com. Produtos p/construção S.A.	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	9
Constituição da Mykonos Admin. e participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	4.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.141
Dividendos	-	(42.509)	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.509)
Outros	-	(64)	-	-	(1.342)	-	-	-	-	-	(1.406)
Em 31 de dezembro de 2013	143.975	1.460.625	5.576	6.822	61.458	9	-	-	9	-	1.678.474
Resultado de Equivalência	53.662	215.762	674	501	4.961	-	-	-	-	1	275.561
Aumento de capital	152.200	-	-	-	21.500	-	-	-	-	-	173.700
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	(22.530)	-	-	-	-	-	-	-	-	4	(22.526)
Venda das ações para a Duratex Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Incorporação de controlada em 29.08.2014	-	-	-	-	(55.406)	-	-	-	-	-	(55.406)
Aquisição da Pescara Admin. e Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Aquisição da Trento Admin. E Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Reclassificação da marca para intangível	-	-	-	-	(9.660)	-	-	-	-	-	(9.660)
Reclassificação da mais valia para o imobilizado	-	-	-	-	(880)	-	-	-	-	-	(880)
Reclassificação do IR/CS sobre os ajustes	-	-	-	-	3.583	-	-	-	-	-	3.583
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	(25.577)	-	-	-	-	-	(25.577)
Dividendos	-	(51.288)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.288)
Outros	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	21
Em 31 de dezembro de 2014	327.307	1.625.099	6.250	7.323	-	9	1	1	-	5	1.965.995

	Controladas indiretas							
	Deca Piazza	North America	Duratex Europe	Duratex Belgium	TCI Trading	Tablemac	Mykonos Admin. Part.	
Acões/ quotas possuídas (Mil)	32.545	500	42	1.880	-	27.301.840	-	
Participação	100,00	100,00	99,998	100,00	-	80,62	-	
Capital social	426	885	345.510	46.762	-	54.332	-	
Patrimônio líquido	(414)	9.309	285.165	35.848	-	324.000	-	
Lucro do exercício	4.836	517	25.962	4.506	-	22.632	-	
Movimentação dos investimentos								
Em 31 de dezembro de 2012	6.144	6.737	194.179	47.903	16.510	173.704	-	
Resultado de Equivalência	(13.774)	(27)	(65.916)	(13.680)	(76)	(884)	-	
Dividendos	-	-	-	-	(100)	(1.382)	-	
Variação cambial sobre patrimônio líquido	674	999	(4.416)	(3.538)	-	16.186	-	
Aquisição de ações TCI Trading	-	-	-	-	3.813	-	-	
Reversão Variação Cambial s/ ágio Tablemac	-	-	9.202	3.520	-	-	-	
Reversão do Ágio Tablemac	-	-	-	-	-	(66.296)	-	
Outros	-	-	-	-	-	118	-	
Em 31 de dezembro de 2013	(6.956)	7.709	133.049	34.205	20.147	121.446	1	
Resultado de Equivalência	4.836	517	25.961	4.506	(403)	18.912	-	
Dividendos	-	-	-	-	(671)	-	-	
Aquisição de ações por meio de OPA em 22.01.2014	-	-	-	-	-	141.629	-	
Aumento de capital	-	-	148.698	-	-	-	-	
Redução de capital	-	-	-	-	(16.000)	-	-	
Aquisição de 90 ações	-	-	-	-	-	-	9	
Venda das ações da TCI Trading em 30.10.2014	-	-	-	-	(3.083)	-	-	
Aumento de capital por incorporação de controlada em 30.09.2014	-	-	-	-	10	-	(10)	
Variação cambial sobre patrimônio líquido	1.706	1.083	(22.549)	(2.863)	-	(20.778)	-	
Provisão de passivo a descoberto	414	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2014	-	9.309	285.159	35.848	-	261.209	-	

b) Aquisição de controlada

Em 22 de janeiro de 2014, a Companhia por meio de sua controlada Duratex Europe, concluiu a realização de Oferta Pública de Aquisição de ações (OPA) do capital social da TABLEMAC S.A., empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada. Foram adquiridas 14.772.002.647 ao preço de COP 8,60 por ação, que representa um aumento na participação de 43,62%, que perfaz um investimento adicional de aproximadamente US\$ 64 milhões na Companhia. O valor da contraprestação transferida foi de R\$ 151.722.

Desta forma, a DURATEX passou a deter 80,62% do capital social da Tablemac. Em atendimento ao que determina o CPC 15 – R1 – Combinação de Negócios, no caso de uma aquisição de controle por estágios, a empresa deve efetuar a baixa do seu investimento anterior e mensurar a sua nova participação ao valor justo na data da aquisição. Em antecipação a essa baixa, a Companhia avaliou a necessidade de *impairment* do ágio contabilizado na aquisição inicial da Tablemac em 2012 no valor de R\$ 53,6 milhões (R\$ 66,3 milhões de ágio e R\$ 12,7 milhões de variação cambial anteriormente contabilizada no patrimônio líquido) tendo reconhecido a perda no resultado de 2013.

Na data da aquisição do controle a Duratex recalculou o valor justo de 37% do investimento detido anteriormente que quando comparado ao valor contábil resultou em um ajuste positivo no valor de R\$ 8.512, apresentado na rubrica “Outros resultados operacionais, líquidos”.

A Tablemac S.A. é uma empresa de capital aberto, fundada em 1988 e tem ações negociadas na bolsa de valores da Colômbia, possui 4 plantas localizadas no centro do país, com capacidade de produção de 110.000 m3/ano de MDP e inaugurou a primeira linha contínua de produção de MDF no país, com capacidade de 132.000 m3/ano. A Tablemac é proprietária de 8.544 hectares de terras e conta com 5.907 hectares plantados. Sua participação é de aproximadamente 33% do mercado de painéis na Colômbia.

O negócio possibilita a diversificação das operações de painéis em um país que apresenta ambiente político e econômico estáveis, com taxas de crescimento superiores à média brasileira, além de apresentar características de população e renda favoráveis ao segmento de móveis, principal destino dos painéis comercializados.

A Duratex com esta operação deu mais um passo no seu plano estratégico de crescimento de suas atividades no exterior, com foco inicial na América Latina, sempre visando a criação de valor a seus acionistas.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$ 30.769 de curto prazo, e não tem expectativa de perda.

Desde 22 de janeiro de 2014, data de sua aquisição, a Tablemac contribuiu para o Grupo com uma receita líquida de R\$ 240.085 e lucro líquido de R\$ 22.632, incluindo participação de não controladores.

Caso essa aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a Tablemac teria contribuído para o Grupo com uma receita líquida de R\$ 259.478 e lucro líquido de R\$ 24.431 incluindo a participação de não controladores (não auditado).

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Tablemac S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

		Valor justo na aquisição	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa		3.481	3.481
Contas a receber de clientes		30.769	30.870
Estoques		57.269	48.595
Impostos e contrib. a recuperar		5.153	5.153
Demais créditos		2.338	2.338
IR e CS diferidos		718	684
Outros Investimentos		41	41
Imobilizado		359.803	309.321
Ativos biológicos		23.885	23.885
Intangível - Carteira de Clientes		17.817	630
Empréstimos e Financiamentos - circulante		(14.999)	(14.999)
Fornecedores		(14.207)	(14.207)
Obrigações com pessoal		(1.656)	(1.656)
Contas a pagar		(14.160)	(14.160)
Impostos e contribuições		(6.369)	(6.369)
Dividendos		(62)	(62)
Empréstimos e Financiamentos - não circulante		(48.685)	(48.685)
IR e CS Diferidos		(53.394)	-
Acervo Líquido		347.742	324.860
Participação não controladores	19,38%	(67.392)	
Participação detida anteriormente	37,00%	(128.665)	
Contraprestação paga na aquisição	43,62%	151.721	
Compra vantajosa		(36)	
Fluxo de caixa no momento da aquisição			
Caixa líquido adquirido com a controlada		3.481	
Caixa pago		(151.721)	
Fluxo de saída de caixa, líquido		(148.240)	

c) Incorporação de controlada

Em 29 de agosto de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Duratex S.A., a incorporação da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda, visando a otimização e racionalização do número de empresas que estão sob o controle da Duratex, bem como a redução de atividades administrativas e de obrigações acessórias anuais.

Balanço Patrimonial de Incorporação de 29 de agosto de 2014
Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda.

Ativo	
Circulante	67.788
Caixa e equivalentes de caixa	659
Contas a receber de clientes	37.719
Estoques	24.195
Valores a receber	1.501
Impostos e contribuições a recuperar	3.566
Demais créditos	148
Não circulante	38.487
Impostos e contribuições a recuperar	398
Imobilizado	27.778
intangível	651
Marca	9.660
Total do ativo	106.275
Passivo	
Circulante	17.686
Empréstimos e financiamentos	976
Fornecedores	5.194
Obrigação com o pessoal	4.774
Contas a pagar	1.843
Impostos e contribuições	4.899
Não circulante	26.226
Empréstimos e financiamentos	2.900
Provisões para contingências	198
Partes relacionadas	17.621
Imp. de renda e contrib. Social diferidos	5.507
Total do passivo	43.912
Acervo líquido Incorporado	62.363

A Duratex sucedeu a Thermosystem em seus direitos e obrigações, respondendo solidariamente pelas obrigações da Thermosystem nos termos do disposto nos artigos 227 e 232, da Lei das S.A. Desta forma o saldo da Duratex foi impactado pelos saldos incorporados apresentados no quadro acima.

Nota 13 – Imobilizado

a) Movimentação

CONTROLADORA	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2012								
Custo	90.686	627.932	2.708.014	658.939	28.693	22.182	102.707	4.239.153
Depreciação acumulada	-	(247.520)	(1.188.997)	-	(19.410)	(18.688)	(70.433)	(1.545.048)
Saldo contábil, líquido	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Em 31/12/2013								
Saldo inicial	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Aquisições	2.500	838	40.330	336.075	3.620	67	3.807	387.237
Baixas	-	-	(5.155)	(5)	(84)	(851)	748	(5.347)
Depreciações	-	(24.101)	(185.469)	-	(1.687)	(1.084)	(7.329)	(219.670)
Transferências	19.076	132.319	467.425	(623.371)	715	105	3.731	-
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Saldo em 31/12/2013								
Custo	112.262	761.089	3.210.614	371.638	32.944	21.503	110.993	4.621.043
Depreciação acumulada	-	(271.621)	(1.374.466)	-	(21.097)	(19.772)	(77.762)	(1.764.718)
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Aquisições	7	598	46.812	169.562	3.411	1.222	4.861	226.473
Baixas	(1.040)	-	(4.894)	(946)	(421)	(10)	(834)	(8.145)
Depreciações	-	(28.898)	(220.356)	-	(2.101)	(958)	(7.723)	(260.036)
Transferências	2.846	59.889	216.133	(293.381)	1.656	(3)	12.860	-
Incorporação Thermosystem	1.599	2.512	11.002	10.527	599	128	1.411	27.778
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Saldo em 31/12/2014								
Custo	115.674	824.088	3.479.667	257.400	38.189	22.840	129.291	4.867.149
Depreciação acumulada	-	(300.519)	(1.594.822)	-	(23.198)	(20.730)	(85.485)	(2.024.754)
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395

CONSOLIDADO	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2012								
Custo	607.631	653.536	2.688.320	659.998	36.757	47.578	107.485	4.801.305
Depreciação acumulada	-	(261.828)	(1.144.865)	-	(26.628)	(37.523)	(73.378)	(1.544.222)
Saldo contábil, líquido	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Em 31/12/2013								
Saldo inicial	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Aquisições	27.050	845	42.932	348.523	3.811	453	4.329	427.943
Baixas	(511)	(1.274)	(5.999)	(44)	(265)	(2.112)	(60)	(10.265)
Depreciações	-	(24.695)	(195.644)	-	(1.887)	(3.739)	(7.808)	(233.773)
Transferências	19.482	132.461	474.964	(633.456)	758	1.689	4.102	-
Aquisição Thermosystem	361	1.704	11.308	551	511	138	705	15.278
Mais valia Thermosystem	198	914	(1.489)	1.040	167	18	3	851
Variação cambial	(82)	(150)	(57)	-	(1)	-	-	(290)
Operação descontinuada	-	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Saldo em 31/12/2013								
Custo	654.129	787.996	3.209.979	376.612	41.738	47.764	116.564	5.234.782
Depreciação acumulada	-	(286.523)	(1.340.509)	-	(28.515)	(41.262)	(81.186)	(1.777.995)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Aquisições	112	2.198	58.596	187.217	3.685	3.753	7.891	263.452
Baixas	(46.246)	(634)	(5.425)	(947)	(621)	(65)	(853)	(54.791)
Depreciações	-	(31.362)	(242.148)	-	(2.336)	(3.604)	(8.676)	(288.126)
Transferências	2.846	54.143	224.287	(301.253)	1.656	1.283	17.038	-
Variação cambial	202	(2.296)	(3.002)	(155)	9	(11)	140	(5.113)
Mais valia Thermosystem	-	(26)	73	-	(18)	(2)	1	28
Aquisição Tablemac	35.182	99.098	163.934	694	1.010	642	(5.540)	295.020
Mais valia Tablemac	48.625	-	-	-	-	-	-	48.625
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Saldo em 31/12/2014								
Custo	694.850	940.479	3.648.442	262.168	47.459	53.364	135.241	5.782.003
Depreciação acumulada	-	(317.885)	(1.582.657)	-	(30.851)	(44.866)	(89.862)	(2.066.121)
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Botucatu-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB e Jundiaí-SP para produção de Louças sanitárias e de São Paulo-SP e Jundiaí-SP para produção de Metais. Em 31 de dezembro de 2014, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 170,1 milhões.

No exercício de 2014, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado (R\$12.723 em 31 de dezembro de 2013).

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia revisou a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação. Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que a Companhia opera novas tecnologias, benchmarking, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;

- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2014
Construções e benfeitorias	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	7,5%
Móveis e utensílios	10,0%
Veículos	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um terreno no valor de R\$ 15.820, contabilizado no ativo imobilizado oferecido em penhora em processos judiciais e máquinas e equipamentos oferecidos em garantia de empréstimos no montante de R\$ 80.

Nota 14 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém, através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo possuía aproximadamente 164,6 mil hectares em áreas de efetivo plantio (139,5 mil hectares em 31 de dezembro de 2013) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo de formação dos ativos biológicos	785.021	595.096
<u>Diferencial entre custo e valor justo</u>	<u>569.672</u>	<u>530.520</u>
Valor justo dos ativos biológicos	1.354.693	1.125.616

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.125.616	1.102.337
Variação do valor justo		
Preço volume	221.135	191.519
Exaustão	(180.604)	(218.088)
Variação do valor histórico		
Formação	292.062	132.407
Exaustão	(103.516)	(82.559)
Saldo final	1.354.693	1.125.616
Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico		
Variação do valor justo	221.135	191.519
Exaustão do valor justo	(180.604)	(218.088)

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade, volume colhido e aquisição de florestas no 1º trimestre de 2014 junto à Caxuana Ltda.

O montante da exaustão do exercício está apresentada na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' na demonstração de resultado.

Nota 15 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2012					
Custo	46.604	3.885	229.221	396.161	675.871
Amortização acumulada	(26.284)	-	-	(79.517)	(105.801)
Saldo contábil, líquido	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Em 31/12/2013					
Saldo inicial	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Adições	1.308	809	-	-	2.117
Amortizações	(7.283)	(565)	-	(26.467)	(34.315)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Saldo em 31/12/2013					
Custo	47.912	4.694	229.221	396.161	677.988
Amortização acumulada	(33.567)	(565)	-	(105.984)	(140.116)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Adições	7.136	1.013	-	-	8.149
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.235)	(424)	-	(26.468)	(34.127)
Incorporação Thermosystem	651	9.660	25.577	-	35.888
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Saldo em 31/12/2014					
Custo	55.699	5.707	254.798	396.161	712.365
Amortização acumulada	(40.802)	(989)	-	(132.452)	(174.243)
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Taxa média de amortização	17,57%	4,10%	0%	6,67%	

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2012					
Custo	47.271	3.895	229.221	396.161	676.548
Amortização acumulada	(26.576)	-	-	(79.517)	(106.093)
Saldo contábil, líquido	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Em 31/12/2013					
Saldo inicial	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Adições	1.795	803	-	-	2.598
Baixas	(72)	(5)	-	-	(77)
Amortizações	(7.431)	(565)	-	(26.467)	(34.463)
Aquisição da Thermosystem	64	5	-	-	69
Ágio Thermosystem	-	9.660	25.577	-	35.237
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Saldo em 31/12/2013					
Custo	49.058	14.358	254.798	396.161	714.375
Amortização acumulada	(34.007)	(565)	-	(105.984)	(140.556)
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Adições	8.189	1.013	-	-	9.202
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.402)	(424)	-	(27.404)	(35.230)
Carteira de clientes - Aquisição Tablemac	-	-	-	16.447	16.447
Variação cambial	(47)	-	-	(394)	(441)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Saldo em 31/12/2014					
Custo	57.200	5.711	254.798	412.214	729.923
Amortização acumulada	(41.409)	(989)	-	(133.388)	(175.786)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Taxa média de amortização	17,57%	4,10%	0%	6,67%	

Nota 16 – Teste de *impairment* dos ágios**Ágio na aquisição das empresas Cerâmica Monte Carlo, Elizabeth Louças, Satipel, Metalurgica Ipê e Thermosystem.**

Foi efetuado pela Administração da Companhia o teste de recuperabilidade (*impairment*) do valor dos ágios, considerando a unidade geradora de caixa do ativo. Neste teste foram consideradas projeções de fluxos de caixa descontado de longo prazo e taxa de desconto nominal de 13,36%, não havendo necessidade de *impairment*, uma vez que os valores são recuperáveis.

Nota 17 – Empréstimos e financiamentos

				31/12/2014		31/12/2013	
MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - controladora							
BNDES	TJLP + 2,2% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	76.462	69.166	59.869	145.184
BNDES	TJLP + 2,7% a.a	Mensal	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	24.111	-	31.511	24.031
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	66.019	208.062	57.599	244.923
BNDES	4,6% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4.919	10.543	4.334	13.556
BNDES	Selic + 2,16% a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	987	2.809	877	3.353
BNDES REVITALIZA com Swap	8 % a.a.	Agosto 2014	-	-	-	50.583	-
BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85% a.a	Dezembro 2015	Nota Promissória	27.027	-	29.042	25.000
BNDES PROGEREN	9% a.a	Mensal	Duplicatas	626	-	-	-
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./ Pré 4,4 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e NP	5.209	45.627	2.144	33.544
FINAME	3,5% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária e Fiança	29	3.859	-	-
CREDITO INDUSTRIAL com Swap	12,7% a.a	Até Abril 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	58.227	-	6.653	52.543
CREDITO INDUSTRIAL	103,3% CDI	Até Novembro 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	205.144	-	273.905	184.483
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	8% a.a.	Até Novembro 2016	-	669	58.117	617	52.870
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Maio 2020	-	6.472	406.549	-	-
FUNDIEST	30% IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	20.092	111.243	17.370	123.574
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a	Até Junho 2025	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	1.139	29.243	-	16.017
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a / IPCA + 6% a.a	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia. Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	11.713	4.305	11.922	13.812
DESCONTO NPR	5,5% a.a.	-	Nota Promissória	-	-	7.720	-
LEASING	Pre 1,3% a.m.	Mensal	Máquinas e Equipamentos	80	-	-	-
Total em Moeda Nacional - controladora				508.925	949.523	554.146	932.890
Em Moeda Estrangeira - controladora							
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a.a	Mensal	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	11.284	10.254	6.744	18.889
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4% a.a	Mensal	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	4.686	160	4.633	4.265
BNDES	US\$ + Libor + 1,6% a.a	Mensal	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	1.343	2.113	1.186	3.041
BNDES	US\$ + Libor + 2,1% a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	397	624	351	898
RESOLUÇÃO 2770 com Swap	US\$ + Libor + 1,7% a.a.	Até Abril 2014	Aval - Cia Ligna Inv., Hipoteca e Alienação Fiduciária	-	-	1.617	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,7% a.a.	Agosto 2015	Nota Promissória	104.204	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 1,5% a.a.	Dezembro 2015	Nota Promissória	118.270	-	340	103.543
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Maio 2016	Nota Promissória	162	50.945	63	118.159
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,1% a.a.	Junho 2018	Nota Promissória	109	107.899	143	50.837
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Julho 2016	Nota Promissória	216	57.657	91	107.851
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 2,27% a.a.	Outubro 2017	Nota Promissória	814	127.297	191	57.493
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,5% a.a.	Janeiro 2017	Nota Promissória	1.457	125.839	-	-
Total em Moeda Estrangeira - controladora				242.942	482.788	15.359	464.976
TOTAL DA CONTROLADORA				751.867	1.432.311	569.505	1.397.866
Em Moeda Nacional - controladas							
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	9,4% a.a.	Setembro 2015	Aval - Duratex S.A.	112.813	-	68.129	102.140
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	11,5 % a.a.	Novembro 2016	Aval - Duratex S.A.	-	110.954	-	-
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	105,3% CDI	Até Setembro 2015	Aval - Duratex S.A.	138.853	-	68.292	56.460
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	1.978	76.085	2.629	66.645
BNDES	5,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	790	1.243	-	-
BNDES PROGEREN	9% a.a.	Mensal	Duplicatas e Máquinas	-	-	901	516
LEASING	Pré 1,3% a.m.	Mensal	Máquinas e Equipamentos	-	-	324	23
FINAME	Pré 5,6% a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Nota promissória	502	3.521	-	-
FINAME	3,5% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Fiança	-	-	263	1.875
FUNDAP	1% a.a.	Mensal	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	32	-
Total em Moeda Nacional - controladas				254.936	191.803	140.570	227.659
Em Moeda Estrangeira - controladas							
LEASING BANCOLOMBIA	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissória	10	779	-	-
DEG/CII	5,4% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	38.894	-	-
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	4.808	-	-
Banco Santander-Hermes	4,59% a.a.	Semestral	Apólice de Seguro emitida por 95%	2.096	7.311	-	-
Total em Moeda Estrangeira - controladas				2.106	51.792	-	-
TOTAL DAS CONTROLADAS				257.042	243.595	140.570	227.659
TOTAL CONSOLIDADO				1.008.909	1.675.906	710.075	1.625.525

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

a) Avais e Fianças

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 397.941 (R\$ 474.249 em 31 de dezembro de 2013), pela Companhia Ligna de

Investimentos no montante de R\$ 176.310 (R\$ 232.735 em 31 de dezembro de 2013), e pela Duratex Comercial Exportadora S.A., no montante de R\$ 263.371 (R\$ 517.584 em 31 de dezembro de 2013). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 56.067 (R\$ 48.492 em 31 de dezembro de 2013), pela Duratex S.A. no montante de R\$ 362.620 (R\$ 295.021 em 31 de dezembro de 2013) e pela Duratex Comercial Exportadora S.A. no montante de R\$ 32 em 31 de dezembro de 2013.

b) Outras Garantias

Nos financiamentos obtidos junto ao Bndes Progerem no montante de R\$ 626 e Leasing no montante de R\$ 80 foram oferecidas garantias de máquinas, equipamentos e duplicatas.

Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

a) Fábricas de MDP de Taquari e de MDF de Uberaba – apresentação das licenças de operação, adoção de medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e medidas relativas à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDP de Taquari a manutenção de “covenants” está baseada no balanço consolidado da Companhia Ligna de Investimentos, que deverá manter: exigível sobre o passivo menor que 60% e margem EBITDA maior que 13%. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “covenants” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo manter limite de cobertura da dívida através da relação da dívida bancária líquida/EBITDA (*) não superior a 3,5 e a relação da dívida bruta/dívida bruta mais patrimônio líquido não seja superior a 0,75.

b) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manutenção durante a vigência do contrato dos índices em balanço anual auditado da Duratex S.A: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0 (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20: e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A. deverá oferecer garantias adicionais.

A Companhia declara que as obrigações contratuais, acima descritas, relativas ao ano de 2014, foram cumpridas.

(*)EBITDA (“earning before interest, taxes, depreciation and amortization”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

d) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2014						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2016	221.677	119.984	341.661	335.222	153.377	488.599
2017	103.344	321.310	424.654	105.221	333.576	438.797
2018	160.019	41.494	201.513	177.851	47.627	225.478
2019	126.906	-	126.906	162.525	-	162.525
2020	309.320	-	309.320	329.651	-	329.651
2021	12.228	-	12.228	14.330	-	14.330
2022	7.818	-	7.818	7.989	-	7.989
Demais	8.211	-	8.211	8.537	-	8.537
Total	949.523	482.788	1.432.311	1.141.326	534.580	1.675.906

31/12/2013						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2015	458.865	237.187	696.052	620.005	237.187	857.192
2016	206.257	118.377	324.634	208.563	118.377	326.940
2017	90.112	1.561	91.673	91.705	1.561	93.266
2018	73.650	107.851	181.501	91.051	107.851	198.902
2019	44.056	-	44.056	74.231	-	74.231
2020	41.878	-	41.878	55.987	-	55.987
2021	8.351	-	8.351	9.286	-	9.286
Demais	9.721	-	9.721	9.721	-	9.721
Total	932.890	464.976	1.397.866	1.160.549	464.976	1.625.525

Nota 18 – Debêntures conversíveis em ações

Em 8 de fevereiro de 2012 foi aprovada a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, cujos recursos foram destinados para:

- (i) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga - SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão, e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- (ii) Aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso anterior.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Saldo em 31.12.2014		
								Circulante	Não Circulante	Total
1ª emissão	15/01/2012	privada conversíveis em ações	15/01/2017	777.000	128,70	99.999,9	IPCA +juros de 6%a.a base 252 dias úteis, pagos anualmente no dia 15 de janeiro de cada ano.			
Utilizadas para aumento de capital				(1.875)						
Em 31 de Dezembro de 2014				775.125				6.701	116.327	123.028

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>				
Adiantamento de clientes	4.934	4.364	6.724	24.253
Participação estatutária	8.555	13.292	8.555	13.292
Fretes e Seguros	10.397	13.094	14.390	13.094
Aquisição de Empresas	10.316	8.988	10.316	8.988
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (*)	-	-	10.387	10.301
Comissões a pagar	8.854	7.687	8.854	8.541
Garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	7.407	7.816	9.509	7.816
Licença de uso de tecnologia	2.058	1.239	2.058	1.239
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	7.264	3.207
Indenizações por decisões judiciais	2.274	2.390	2.474	2.390
Renegociação assistência médica	1.493	1.256	1.493	1.256
Empréstimos consignados	1.270	953	1.386	1.042
Vendas para entrega futura	6.937	8.423	6.937	8.423
Provisão para reestruturação da unidade de louças	10.869	-	10.869	-
Demais contas a pagar	4.328	1.206	12.268	7.577
Reclassificação para passivos de operações descontinuadas	-	-	-	(597)
Total Circulante	79.692	70.708	113.484	110.822
<u>Não Circulante</u>				
Sociedade em conta de participação (**)	-	-	97.939	97.939
Aquisição de Empresas	24.017	29.644	24.017	29.644
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	523	4.752
Garantia de produtos e assistência técnica	3.041	-	3.041	-
Demais contas a pagar	759	362	11.766	11.986
Total Não circulante	27.817	30.006	137.286	144.321

(*) SCP's - Sociedades em Conta de Participação

(**) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

Nota 20 – Provisão para contingências**a) Passivo Contingente**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2012	65.888	28.378	824	95.090	Saldo em 31.12.2012	112.974	31.491	824	145.289
Atualização monetária e juros	2.685	7.349	157	10.191	Atualização monetária e juros	4.432	8.149	157	12.738
Constituição	1.440	9.578	-	11.018	Aquisição da Thermosystem	1.429	30	95	1.554
Reversão	(5.316)	(11.096)	-	(16.412)	Constituição	1.749	12.689	-	14.438
Pagamentos	(669)	(6.710)	-	(7.379)	Reversão	(7.445)	(12.129)	-	(19.574)
					Pagamentos	(1.752)	(7.701)	-	(9.453)
Saldo final em 31.12.2013	64.028	27.499	981	92.508	Saldo final em 31.12.2013	111.387	32.529	1.076	144.992
Depósitos Judiciais	(1.067)	(6.239)	(611)	(7.917)	Depósitos Judiciais	(14.149)	(6.424)	(611)	(21.184)
Saldo em 31.12.2013 após compensação dos depósitos judiciais	62.961	21.260	370	84.591	Saldo em 31.12.2013 após compensação dos depósitos judiciais	97.238	26.105	465	123.808
Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2013	64.028	27.499	981	92.508	Saldo em 31.12.2013	111.387	32.529	1.076	144.992
Atualização monetária e juros	3.694	16.490	219	20.403	Atualização monetária e juros	5.120	18.244	219	23.583
Constituição	21.744	13.620	844	36.208	Constituição	22.617	15.055	844	38.516
Reversão	(42.219)	(14.922)	-	(57.141)	Reversão	(81.581)	(16.179)	(95)	(97.855)
Pagamentos	(387)	(7.027)	-	(7.414)	Pagamentos	(1.305)	(8.459)	-	(9.764)
Saldo final em 31.12.2014	46.860	35.660	2.044	84.564	Saldo final em 31.12.2014	56.238	41.190	2.044	99.472
Depósitos Judiciais	(1.145)	(7.160)	(109)	(8.414)	Depósitos Judiciais	(4.232)	(7.877)	(109)	(12.218)
Saldo em 31.12.2014 após compensação dos depósitos judiciais	45.715	28.500	1.935	76.150	Saldo em 31.12.2014 após compensação dos depósitos judiciais	52.006	33.313	1.935	87.254

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões judiciais sobre:

1-) Pis Semestralidade – Ação declaratória com a finalidade de ter reconhecido o direito ao pagamento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70, ou seja 6 meses após o reconhecimento da receita do faturamento. Discute-se apenas a parcela glosada dos créditos por interpretação distinta da Receita Federal do Brasil quanto aos índices de atualização. Em 31 de dezembro de 2014 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 12.272 (R\$ 11.209 em 31 de dezembro de 2013).

2-) ICMS – Glosa de créditos de ICMS relativo as compras de madeira efetuadas junto a fornecedor em função da mesma haver sido declarada inidônea, sendo os créditos glosados de forma retroativa pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2014 o valor provisionado para esta discussão é R\$ 15.423.

3-) Plano Verão – Os assessores jurídicos do Grupo reclassificaram o prognóstico de perda provável para perda possível, tendo em vista o estágio processual da ação.

b) Perdas Possíveis

Plano Verão - refere-se à medida judicial com vistas a obter o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83% evitando assim as distorções que o não reconhecimento da inflação efetiva causa no balanço patrimonial da Companhia e, desta forma, na tributação do resultado. Foi obtida sentença reconhecendo o direito de corrigir o balanço patrimonial de acordo com o índice de 42,72% o que foi efetuado nos anos de 1994 a 1996. Embora a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF tenha sido contrária à sentença, a Companhia obteve, através de Ação Cautelar, efeitos suspensivos para seus recursos ao Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça - STJ, mantendo-se, pois, os efeitos da sentença. O valor da ação atualizado em 31 de dezembro de 2014 é R\$ 53.916 (R\$ 52.595 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Os principais valores são: R\$ 227.608, relativo à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. e R\$ 23.981 relativamente à questão de incidência e crédito de ICMS.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	122.387	111.030
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	11.659	10.577
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	12.471	11.314
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	18.507	4.694
PIS bases de cálculo	1.376	945
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	422	383
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	2.266	2.055
Outros	1.577	2.705
Total	170.665	143.703

Nota 21 – Arrendamento rural

Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 1.622. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 19.464 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 22 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.875.800 representado por 665.565.438 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22.04.2014, o capital social da Duratex passou de R\$ 1.705.272 para R\$ 1.875.800 mediante capitalização de reservas de lucros e simultânea bonificação em ações, atribuindo-se aos acionistas 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações de que fossem titulares na posição no final do dia 22.04.2014.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2013	1.405.054	18.344
Aquisições no exercício	870.000	9.753
Baixas no exercício	(14.800)	(166)
Bonificação em ações	225.505	
Saldo em 31.12.2014	2.485.759	27.931

Preço das Ações

Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	8,03

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2014, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 19.961 (R\$ 18.476 em 30 de dezembro de 2013).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Capital	331.616	323.342
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	93.447	84.934
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 29)	(12.682)	(12.443)
Outros Resultados Abrangentes	475.053	502.363
Reservas de Reavaliação	70.207	74.993
Ajuste de avaliação patrimonial	404.846	427.370
Reservas de Lucros	1.896.384	1.860.195
Legal	164.529	145.012
Estatutária	1.653.588	1.639.243
Dividendo adicional proposto	43.184	49.330
Incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	35.083	26.610
Ações em tesouraria	(27.931)	(18.344)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos. Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social)

Reserva para Reforço do Capital de Giro. Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas. Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 22.089 (R\$ 15.074 em 2013) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 7.088 (R\$ 5.629 em 2013) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba e R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2013) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

d) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2014 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	390.349
(-) Reserva legal	(19.517)
(-) Incentivos fiscais	(8.473)
(-) Realização de reserva de reavaliação	4.786
Lucro líquido ajustado	367.145
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	110.143

Dividendos declarados no exercício	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
O Conselho de Administração em reunião realizada em 29.07.2014, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2014, no valor de R\$ 0,1097046084 por ação que totaliza R\$ 72.743 cujo pagamento foi efetuado em 15.08.2014.	72.743	(10.911)	61.832
O Conselho de Administração em reunião realizada em 15.12.2014, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30.12.2014, por conta do dividendo obrigatório de 2014, o valor de R\$ 0,08573141 por ação que totaliza R\$ 56.846 cujo pagamento será efetuado até 30.04.2015.	56.846	(8.527)	48.319
Remuneração dos acionistas	129.589	(19.438)	110.151
JCP Complementar (Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório)	43.184	(6.477)	36.707

Conforme mencionado na nota 2.21, a parcela dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, não está registrada no passivo e seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 43.184, excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto, foi registrado no patrimônio líquido como "JCP complementar (excedente ao dividendo mínimo obrigatório)".

Nota 23 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.444 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 24 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 (*)
Receita bruta de venda	4.505.124	4.599.471	5.063.836	4.911.231
Mercado interno	4.337.297	4.447.195	4.601.911	4.756.892
Mercado externo	167.827	152.276	461.925	154.339
Impostos e contribuições sobre vendas	(978.915)	(988.750)	(1.079.329)	(1.038.526)
Receita líquida de vendas	3.526.209	3.610.721	3.984.507	3.872.705

(*) líquido das operações descontinuadas

Nota 25 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado		(*)
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	221.135	191.519	
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	592.831	527.305	401.871	483.008	
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.267.114)	(2.096.993)	(2.109.108)	(1.901.721)	
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(681.103)	(613.176)	(780.482)	(698.132)	
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(265.066)	(224.837)	(577.485)	(539.709)	
Despesas de transporte	(240.282)	(221.901)	(263.209)	(227.503)	
Despesas de publicidade	(78.906)	(67.456)	(94.082)	(74.597)	
Outras despesas	(317.910)	(284.052)	(226.210)	(235.617)	
Total	(3.257.550)	(2.981.110)	(3.427.570)	(3.002.752)	

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado		(*)
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	221.135	191.519	
Custo dos produtos vendidos	(2.687.670)	(2.450.386)	(2.988.453)	(2.620.557)	
Despesas com vendas	(461.886)	(420.465)	(524.218)	(445.816)	
Despesas gerais e administrativas	(107.994)	(110.259)	(136.034)	(127.898)	
Total	(3.257.550)	(2.981.110)	(3.427.570)	(3.002.752)	

(*) líquido de operações descontinuadas

Nota 26 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 (*)
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	38.525	31.473	89.995	68.131
Variação cambial ativa	7.572	15.144	7.833	16.579
Atualizações monetárias	8.271	6.609	10.626	9.076
Juros e descontos obtidos	5.842	5.352	31.362	5.873
Deságio Fundap	2.649	-	2.649	2.755
Outras	786	854	179	242
Total	63.645	59.432	142.644	102.656
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(142.617)	(112.926)	(179.760)	(144.227)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(103.099)	(65.819)	(103.441)	(65.819)
Variação cambial passiva	(1.949)	(8.179)	(17.945)	(10.193)
Atualizações monetárias	(5.027)	(5.414)	(7.350)	(7.386)
Operações com derivativos	34.428	33.251	33.836	36.447
Taxas bancárias	(3.262)	(4.132)	(5.780)	(4.495)
Imposto de operações financeiras	(787)	(1.640)	(1.889)	(2.203)
Outras	(484)	(1.480)	(35.457)	(21.745)
Total	(222.797)	(166.339)	(317.786)	(219.621)
Total do resultado financeiro	(159.152)	(106.907)	(175.142)	(116.965)

(*) líquido das operações descontinuadas

Nota 27 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 (*)
Amortização de carteira de clientes	(26.467)	(26.467)	(27.404)	(27.567)
Participações e Stock Option	(15.473)	(22.292)	(15.473)	(22.292)
Créditos com plano de previdência complementar	5.743	56.696	6.146	58.013
Resultado na mensuração de participação anterior da Tablemac	-	-	8.512	-
Resultado com venda de fazenda para empresa Caxuana Ltda.	-	-	45.514 (**)	-
Resultado na venda de excedente de energia elétrica	18.130	-	18.130	-
Reversão Ágio Tablemac	-	-	-	(53.574)
Reversão de contingência fiscal - Plano Verão e outros	20.191	-	48.219	-
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	(18.226)	11.326	(4.160)	9.136
	(16.102)	19.263	79.484	(36.284)

(*) líquido das operações descontinuadas

(**) Resultado apurado na venda de 5,6 mil hectares de terras dadas como parte do pagamento pela aquisição das florestas da empresa Caxuana Ltda (vide nota 14-c).

Nota 28 – Imposto de renda e contribuição social**a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 (*)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	352.162	638.798	445.077	705.014
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(119.735)	(217.191)	(151.326)	(239.705)
I.Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	157.922	98.313	99.809	69.195
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	6.550	(31.978)
Juros sobre o capital próprio	65.529	59.661	65.529	59.661
Resultado da Equivalência Patrimonial	93.691	37.829	226	933
Outras adições e exclusões	(1.298)	823	27.504	40.579
I.Renda e C. Social sobre o Lucro do exercício	38.187	(118.878)	(51.517)	(170.510)
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(89.848)	(73.331)	(155.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.187	(29.030)	21.814	(14.713)
Taxa efetiva %	11%	-19%	-12%	-24%

(*) líquido das operações descontinuadas

b) MP 627 convertida em Lei

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da Lei 12.973 e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e assim decidiu não antecipar os seus efeitos para 2014 conforme a Lei faculta.

Nota 29 – Plano de opções de ações

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média

dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data	Qtd	Data	Prazo para	Preço	Saldo a Exercer		Preço	Valor	Competência				Demais
Outorga	Outorgada	da carência	Vencimento	Outorga	dez/13 *	dez/14	Opção	Total	2007 a 2011	2012	2013	2014	Períodos
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	53.740	59.113	9,79	586	586	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	31/12/2017	11,82	1.445.154	1.506.527	8,88	24.758	24.758	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.512.330	1.580.420	7,26	19.456	19.456	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	31/12/2017	9,86	830.467	898.639	3,98	9.194	8.447	747	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.420.779	1.483.850	7,04	8.716	4.451	2.250	2.015	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.859.377	2.045.299	5,11	9.208	1.374	2.809	2.609	2.416	-
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	31/12/2020	10,21	1.287.309	1.411.122	5,69	6.997	-	1.492	1.917	1.794	1.794
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	1.498.804	1.648.699	6,54	8.981	-	-	2.109	2.290	4.582
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	-	2.163.532	4,48	8.812	-	-	-	2.062	6.750
Soma	18.695.608				9.907.960	12.797.201		96.708	59.072	7.298	8.650	8.562	13.126
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93.448	57.081	(1) 7.052	(2) 8.358	(3) 8.274	(4) 12.682 (5)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2014

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía 2.485.759 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 30 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou semelhantes aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2014, com 6.727 participantes (6.613 em 31 de dezembro 2013).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos

participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 113.666 (R\$ 107.927 em 31 de dezembro de 2013). O acréscimo de R\$ 5.739 foi reconhecido no resultado na rubrica Outros resultados operacionais, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais	(717.767)	(658.130)
Valor justo dos ativos	990.807	898.189
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	273.040	240.059
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(159.374)	(132.132)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	113.666	107.927

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano. A Duratex S.A. reconheceu este ativo no montante de R\$ 42.318 para recebimento em 36 parcelas a partir de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014 o valor a receber é R\$ 18.369, conforme nota 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2014:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais	(65.468)	(65.969)
Valor justo dos ativos	121.033	133.114
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	55.565	67.145
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(35.882)	(35.561)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	19.683	31.584

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de desconto	11,66%	12,73%
Crescimento salariais futuros	7,59%	9,18%
Crescimento dos benefícios	5,20%	6,00%
Inflação	5,20%	6,00%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2014	31/12/2013
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 31 – Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade como ações em tesouraria.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	390.349	519.920
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	650.439	591.308
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.363)	(1.104)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	648.076	590.204
Lucro básico por ação	0,6023	0,8809

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options* e debêntures conversíveis em ações.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	390.349	519.920
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	650.439	591.308
Opções de compra de ações/debêntures conversíveis em ações	20.548	17.659
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.363)	(1.104)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações mais debentures (em milhares)	668.625	607.863
Lucro diluído por ação	0,5838	0,8553

Nota 32 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Madeira	Deca	Consol	Madeira	Deca (*)	Consol (*)
Receita Líquida de vendas	2.641.893	1.342.614	3.984.507	2.505.914	1.366.791	3.872.705
Mercado interno	2.266.749	1.310.995	3.577.744	2.382.404	1.335.962	3.718.366
Mercado externo	375.144	31.619	406.763	123.510	30.829	154.339
Variação do valor justo dos ativos biológicos	221.135	-	221.135	191.519	-	191.519
Custo dos produtos vendidos	(1.559.791)	(858.451)	(2.418.242)	(1.308.496)	(778.655)	(2.087.151)
Depreciação, amortização e exaustão	(316.402)	(73.205)	(389.607)	(256.781)	(58.537)	(315.318)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(180.604)	-	(180.604)	(218.088)	-	(218.088)
Lucro Bruto	806.231	410.958	1.217.189	914.068	529.599	1.443.667
Despesas com Vendas	(303.636)	(220.582)	(524.218)	(244.693)	(201.123)	(445.816)
Despesas Gerais e Administrativas	(71.582)	(64.452)	(136.034)	(63.273)	(64.625)	(127.898)
Honorários da administração	(10.806)	(6.062)	(16.868)	(9.321)	(5.112)	(14.433)
Outros Resultados Operacionais	75.519	3.965	79.484	(59.485)	23.201	(36.284)
Resultado de Equivalência Patrimonial	666	-	666	2.743	-	2.743
Lucro Operacional antes do resultado Financeiro	496.392	123.827	620.219	540.039	281.940	821.979

(*) Líquido de operações descontinuadas

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.